

DECLARAÇÃO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO – INSTITUIÇÃO, PREVISÃO E EFETIVA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS

IDENTIFICAÇÃO:MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ
RESPONSÁVEL: MARCOS GERALDO GUERRA
EXERCÍCIO:2024

Considerando os termos do art. 11 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que cuida da previsão de arrecadação, enquanto requisito da gestão fiscal responsável da gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Considerando os termos do parágrafo único do art. 11 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) que cuida da vedação a realização de transferências voluntárias ao ente que não observe o dever de instituir, prever e arrecadar todos os impostos de sua competência constitucional, **declaro que o Poder Executivo:**

1. Instituição e Regularidade dos Impostos em Leis Municipais:

1.1. IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano):

A) Mantém a instituição do IPTU, na Lei Municipal LC 001/2021, com a constituição do fato gerador, hipótese de incidência, alíquota, sujeito passivo e especialmente critérios para definição da base de cálculo.

Atualização da Base de Cálculo do IPTU no Exercício de 2024:

a) Aplicou, durante o exercício, o índice oficial VRTE – VALOR REAL DO TESOUREIRO ESTADUAL, atualizando a base de cálculo do IPTU para o lançamento.

1.2. ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza):

a) Mantém a instituição do ISSQN, conforme Lei Municipal LC 001/2021, com a constituição fato gerador, sujeito passivo, base de cálculo, alíquota e lista de serviços reproduzida em compatibilidade com a LC 116/2003.

1.3. ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis):

a) Mantém a instituição do ITBI, conforme Lei Municipal LC 001/2021, com a constituição do fato gerador, sujeito passivo, base de cálculo, alíquota.

2. Previsão de Arrecadação dos Impostos na Lei Orçamentária Anual (LOA)

a) A Lei Municipal 1096/23 – LOA inclui a estimativa de arrecadação para o exercício de 2024, referente aos impostos IPTU, ISSQN, ITBI e Imposto de Renda (IR) retido na fonte.

3. Lançamento e Cobrança dos Impostos no exercício

3.1. IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano):

a) Realizou o efetivo lançamento do IPTU em face de todos os contribuintes que não possuem direito a imunidade ou isenção.

3.2. ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza):

a) Tem realizado o lançamento por homologação dos contribuintes que emitem nota fiscal eletrônica

c) Realizou o lançamento de ISSQN de ofício dos prestadores de serviços definidos pelo art. 9º, §3º do Decreto Lei 406/1968.

3.3. ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis):

a) Realizou os lançamentos do ITBI considerando a boa-fé dos contribuintes, quanto a indicação da base de cálculo e quando não considerou adequada a declaração, instaurou, justificadamente, procedimento próprio para apuração da base de cálculo dos bens imóveis transmitidos considerando as condições normais de mercado.

4. Cobrança da Dívida Ativa:

a) Realizou a cobrança de todos os créditos inscritos em dívida ativa tributária, exaurindo todos os métodos de cobranças legais, sendo ações administrativas e judiciais, estas quando cabíveis.

5. Arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte:

a) Realizou a retenção do IR na fonte referente a todos os pagamentos sobre a renda e proventos de qualquer natureza, bem como sobre rendimentos pagos, a qualquer título, em conformidade a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1234/2012, especialmente quanto a dispensa da retenção estabelecida no art. 4º, desta Instrução.

6. Adoção de Medidas de Combate à Sonegação e Evasão Fiscal:

a) Tem adotado medidas de combate à sonegação e evasão fiscal, a partir de fiscalizações tributárias executadas por servidores de carreira específica da tributação.

Expedição de notificação ao contribuinte devedor, com documento de arrecadação, mediante ação fiscalizatória e utilização de poder de polícia no exercício de 2024.

São Roque do Canaã, 19 de março de 2025